

ATA NÚMERO 217/XII (4.ª)

Aos onze dias do mês de março de 2015, pelas 10 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição da Associação Portuguesa de Imprensa, na sequência do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, no âmbito da apreciação na especialidade do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social;

Audição do Sindicato dos Jornalistas, na sequência do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, no âmbito da apreciação do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

O Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Pedro Lynce, agradeceu a presença dos representantes da Associação Portuguesa de Imprensa, João Palmeiro e Vítor Brás, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição inicial do Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa, João Palmeiro, por um período de 10 minutos, a quem deu de seguida a palavra.

O Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa iniciou a sua intervenção afirmando que muito daquilo que gostaria de dizer já tinha sido abordado pelos intervenientes que o antecederam nas audições em Comissão sobre a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

Sublinhou que a questão da transparência da propriedade no mundo digital é apenas um dos vetores, em termos de influência sobre aquilo que é o papel fundamental do Estado e das

instituições representativas dos cidadãos, do pluralismo e da diversidade na produção de conteúdos.

Referiu-se de seguida ao panorama internacional sobre esta matéria; aos desenvolvimentos que têm ocorrido a nível europeu, que vão fazer com que no final do ano, talvez primeiro trimestre de 2016, se possam conhecer novos indicadores de pluralismo; à possibilidade de, a ser aprovada a iniciativa do PS, a ERC passar a ter poderes reforçados; à necessidade de a regulação ser mais forte; ao portal da transparência do setor, que foi lançado há já algum tempo mas que está incompleto e desatualizado; ao facto de ser complicado atribuir mais competências a uma entidade reguladora que não tem capacidade para as desenvolver.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados André Pardal (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS) e João Ramos (PCP), às quais a Presidente do Sindicato dos Jornalistas respondeu no final de cada intervenção.

O Senhor Presidente deu por encerrada a audição às 11 horas e 50 minutos.

A audiência foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150311cpecc_api.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Às 11 horas e 55 minutos teve lugar a audição da Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sofia Branco, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a quem o Senhor Presidente deu a palavra para fazer uma intervenção inicial.

A Presidente do Sindicato dos Jornalistas disse que o sindicato apoiava sem reservas o princípio de que a informação sobre a propriedade dos meios de comunicação social deve ser o mais transparente possível e que, portanto, deve ser obrigatória a divulgação dos verdadeiros titulares dos órgãos de comunicação social.

Disse também que a iniciativa do Grupo Parlamentar do PS alarga os poderes do regulador, mas que o Sindicato dos Jornalistas tem uma visão condicionada e com muitas reservas sobre o papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social na medida em que defende que deve haver uma nomeação independente para aquela entidade, escolhendo personalidades de mérito no seio da comunicação social.

Em relação ao regime sancionatório que o projeto de lei prevê aplicar em caso de incumprimento da divulgação de informação, o Sindicato dos Jornalistas defende que se deve atender ao facto de ser uma grande, pequena ou média empresa, devendo as sanções adaptar-se à capacidade financeira de cada uma, e que a publicitação da informação do incumprimento deverá também ser feita na Internet, além das páginas dos jornais e do próprio site da empresa.

Por último, acrescentou que toda a divulgação de informação sobre os fluxos financeiros, os credores, os financiadores, etc., seria sempre benéfica para a transparência.

No que toca à imprensa regional e local, considerou que a aplicação da lei irá demonstrar a dependência das autarquias e dos empresários locais.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), André Pardal (PSD), Inês de Medeiros (PS), João Ramos (PCP) e Cecília Honório (BE), às quais a Presidente do Sindicato dos Jornalistas respondeu no fim de cada intervenção.

O Senhor Presidente deu por encerrada a audição às 13 horas e 10 minutos.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150311cpecc_sj.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de março de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

André Pardal

Cecília Honório

Clara Marques Mendes

Inês de Medeiros

Jacinto Serrão

João Ramos

Mónica Ferro

Paula Gonçalves

Pedro Lynce

Raúl de Almeida

Sandra Pontedeira

Sérgio Azevedo

Adelaide Canastro

Filipe Neto Brandão

Francisca Almeida

Isabel Alves Moreira



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto

Joana Barata Lopes

João Portugal

Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira

Paulo Almeida

Pedro Delgado Alves

Rosa Arezes

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia *18/03/2015*.